

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNE** e **CUT**

Centenas de manifestantes protestam contra a bagunça na rede e a proposta de PEE do Governo Estadual

Em audiência pública sobre o Plano Estadual de Educação realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo na terça-feira, 27/10, centenas de professores, mobilizados pela APEOESP, estudantes, movimentos e outros segmentos sociais protestaram contra a bagunça que o Secretário da Educação está promovendo na rede estadual de ensino e contra a proposta de PEE do Governo que tramita na Alesp.

Diversos oradores destacaram as alterações indevidas que o Governo fez na proposta original do Fórum Estadual de Educação (que tramita como Substitutivo nº 2 ao projeto do Governo Estadual), como o esvaziamento da meta 20, que previa novas fontes de financiamento; alterações na meta 18, que previa uma nova carreira

e não a manutenção da atual, cheia de injustiças e distorções; a meta 17, onde o Governo condiciona a equiparação salarial dos professores com os demais profissionais com formação de nível superior à Lei de Responsabilidade Fiscal; a meta 16, na qual o governo introduz critérios de meritocracia totalmente descabidos; e outras.

Os oradores também questionaram a introdução das metas 21, 22 e 23 sem nenhuma discussão com o Fórum Estadual de Educação, que tratam, respectivamente, da municipalização do ensino, de um obscuro "novo modelo"

de ensino médio e de um plano de formação continuada para professores e funcionários deslocado da discussão nacional que se faz sobre a questão.

Em sua fala, a Presidenta da APEOESP, Bebel, destacou o caráter autoritário das medidas que vem sendo tomadas pelo Secretário da Educação, cobrou respostas para o suposto embasamento pedagógico da "reorganização" da rede estadual de ensino e questionou a falta de políticas para a valorização dos profissionais da educação, mais uma vez evidenciada na proposta de PEE do Governo Estadual.

Webconferência discute desvio dos recursos do petróleo da Educação para SPPREV

Com a presença dos representantes da Federação Única dos Petroleiros, Felipe Grubba e Cibele Vieira, a APEOESP realizou uma webconferência sobre a lei do Governador aprovada na Alesp em regime de urgência que transfere recursos da exploração do petróleo no estado de São Paulo para a SPPREV (veja anexo).

Os representantes da FUP evidenciaram mais uma vez os graves prejuízos que eventual aprovação do PLS 131 do senador José Serra trarão para o país, pois ao propor o fim do regime de partilha ataca a soberania nacional

e retira recursos destinados por lei à educação e à saúde.

A Presidenta da APEOESP em sua fala explicou que o Governo Estadual comete ilegalidade ao destinar os recursos da exploração do petróleo para a SPPREV. Também disse que a APEOESP investigará a possível omissão do Estado em destinar à previdência estadual sua cota-parte, conforme determina a legislação. O Sindicato também está estudando juridicamente a possibilidade de ingressar com ação de inconstitucionalidade da nova lei.



PROJETO DE LEI Nº 1133, DE 2015 (extraído do site da Assembleia Legislativa)

Mensagem A-nº 056/2015, do Senhor Governador do Estado São Paulo, 13 de agosto de 2015

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei que dispõe sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da São Paulo Previdência – SPPREV.

A medida decorre de estudos realizados pela Secretaria da Fazenda e encontra-se delineada, em seus contornos gerais, no Ofício a mim encaminhado pelo Titular da Pasta, texto que faço anexar, por cópia, à presente Mensagem, para conhecimento dessa ilustre Casa Legislativa.

Enunciados, assim, os motivos que embasam a propositura, solicito que a sua apreciação se faça em caráter de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Geraldo Alckmin
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Fernando Capez,
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

OFÍCIO nº 614/2015 - GS

São Paulo, 11 de junho de 2015.

Senhor Governador,

Encaminho à apreciação de Vossa Excelência, para posterior apresentação à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a anexa minuta de anteprojeto de lei que destina os recursos provenientes da participação governamental na exploração de petróleo e gás natural, neles compreendido o produto da cessão onerosa dos respectivos créditos vincendos, ao Fundo com finalidade previdenciária da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV, instituído pelo artigo 31 da Lei Complementar nº 1010, de 1º de junho de 2007.

A propositura embasa-se em Nota Técnica elaborada pela Assessoria desta Pasta que sinaliza um crescimento significativo das receitas de royalties e participações especiais que não estão sujeitas à destinação exclusiva para educação e saúde, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.858 de 9 de setembro de 2013. As projeções indicam que a parcela do Governo do Estado de São Paulo destas receitas pode atingir R\$ 2,5 bilhões anuais em 2020.

A destinação da participação governamental pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com finalidade previdenciária tem amparo no § 2º do artigo 8º da Lei Federal nº 7.990 de 28 de dezembro de 1989 e é compatível com o caráter de longo prazo do sistema previdenciário. A utilização destes recursos para o Fundo contribuiria para o financiamento dos crescentes custos previdenciários.

Com a destinação ora proposta, o anteprojeto de lei altera o inciso VI do artigo 2º da Lei nº 7.964, de 16 de julho de 1992 retirando a compensação financeira pela exploração de petróleo e xisto betuminoso da receita do FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista, conservando suas demais receitas, inclusive as de compensação pela exploração de recursos minerais e recursos hídricos, de forma a assegurar os programas de investimentos do Fundo, da ordem de R\$ 60 milhões ao ano.

Expostos, desse modo, os pontos da minuta de anteprojeto, submeto-a à análise de Vossa Excelência.

Sem outro particular, aproveito o ensejo para reiterar meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Renato Villela
SECRETÁRIO DA FAZENDA

A Sua Excelência o Senhor Dr. GERALDO ALCKMIN
MD. Governador do Estado de São Paulo
Av. Morumbi, 4500 - São Paulo/SP